

# Encontro com Síndicato dos credores

Até agora, o ministro Antônio Delfim Netto e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, foram muito discretos sobre os resultados das suas viagens aos Estados Unidos. Na realidade, era uma viagem sem surpresas, que se desenrolou como estava previsto. Naturalmente, as negociações com o diretor-gerente do FMI pertencem ao domínio reservado, já que se mantendo uma grande discussão é mais fácil conseguir concessões.

Foi dado um passo com nossos credores privados: estabeleceu-se que a renegociação do programa de 1985 seria iniciada somente em outubro. Anteriormente se falou no mês de setembro e, levando-se em conta a assembleia anual do FMI, isso somente seria possível no início do próximo mês. Ora, não é do interesse do Brasil nem dos seus credores iniciar cedo demais uma renegociação que depende muito do próximo governo. Em outubro, certamente, as perspectivas políticas estarão melhor definidas e já se poderá conhecer o perfil do novo governo.

Houve uma decisão importante: iniciar a partir do mês de outubro as negociações do programa de 1985. É preciso entender que o programa de 1985 pode incluir uma renegociação por um período plurianual, ao contrário do que se pensou inicialmente. Até agora, o governo acha interessante tentar incluir um programa plurianual, mas até outubro a posição brasileira pode mudar.

Iniciar em outubro não significa fechar a renegociação no mesmo mês. É evidente que os credores estrangeiros fecharão o acordo somente quando for designado o sucessor do presidente Figueiredo, isto é, não antes de meados de janeiro. Como o Brasil tem reservas suficientes para enfrentar o primeiro trimestre de 1985, podemos imaginar que os banqueiros estrangeiros terão interesse em propor um sistema provisório para esse período, sem que isso impeça preparar os princípios para uma renegociação mais ampla depois.

Parece que no Banco Mundial o governo brasileiro obteve resultados satisfatórios no sentido de poder transferir para programas os recursos de co-financiamento propostos pelo organismo internacional destinados à exportação. O que é interessante nessa proposta é que inclui o princípio da fixação de uma taxa de juros de base (abaixo da atual Libor) e de uma capitalização indireta dos juros que ultrapassarem o limite-base.

Acetando-se essa diretriz, temos uma brecha nos princípios bancários que poderemos utilizar em outubro na reunião com os bancos privados. Aliás, podemos esperar que o tema do endividamento do Terceiro Mundo volte a ocupar a atenção da próxima assembleia anual do FMI e do Bird, podendo abrir novas perspectivas para a renegociação.

O governo mostra-se muito mais discreto em relação ao FMI. Tudo indica que o diretor-gerente ficou firme numa posição: o déficit público está na origem das dificuldades e temos de conter a inflação, mas não é com medidas como a capitalização das empresas estatais que se consegue realmente reduzir o déficit. Tudo indica que teremos uma negociação difícil com o FMI para conseguir rever os parâmetros monetários do terceiro e quarto trimestres do ano.